



Foram detetados nas nossas fronteiras 960 estrangeiros alvo de vigilância "discreta e especial"

537 pessoas proibidas de entrar no país por razões de segurança

Relatório. Circulam no espaço europeu 830 mil pessoas procuradas pelas autoridades, com alertas no sistema de informação Schengen

VALENTINA MARCELINO

Mais de meio milhão de estrangeiros (537) foram barrados nas fronteiras nacionais no ano passado na sequência de alertas de segurança no Sistema de Informação Schengen (SIS), a maior base de dados europeia de controlo de fronteiras, ligada a 29 países. A maioria, 443, era de países terceiros, com antecedentes criminais, expulsos de estados Schengen, imigrantes ilegais e estavam sujeitos a ordens de não admissão ou permanência nesta zona de livre circulação. Os outros 94 eram alvo de mandados de detenção europeu, foram detidos e extraditados.

Foram ainda detetados, em consultas das autoridades nacionais ao SIS, 424 estrangeiros procurados, no

âmbito de processos judiciais instaurados noutros países europeus, embora nestes casos nem sempre implique a proibição de entrar mas, quase sempre, um pedido de paradeiro. Foram também referenciados nas nossas fronteiras 960 estrangeiros alvo de vigilância "discreta e especial", a pedido de autoridades dos Estados membros. "É inegável a importância do SIS para a segurança dos nossos cidadãos", salienta o eurodeputado Carlos Coelho, esta semana nomeado pelo Parlamento Europeu para liderar a reforma deste sistema (ver entrevista ao lado).

O eurodeputado, eleito pelo PSD, é membro da Comissão de Liberdades Cívicas, Justiça e Assuntos Internos e defende que é precisa "mais cooperação e melhor informação para respondermos aos novos desafios que se colocam à nossa segu-

rança, como os jihadistas europeus recrutados pelo Estado Islâmico. Portugal, como recentemente identificou o Conselho de Segurança Interna, pode ter um risco acrescido aqui. Vai ser possível encontrar suspeitos de crime utilizando apenas impressões digitais ou, em casos limite, ADN".

As polícias dos países podem inserir alertas sobre pessoas que não têm direito de acesso ou permanência no espaço Schengen, procuradas a pedido das autoridades judiciais ou policiais, alvo de mandado de detenção europeu, desaparecidas (sobretudo crianças ou indivíduos vulneráveis a precisar de proteção), e sobre objetos que possam ter sido roubados ou utilizados em crimes, como armas de fogo, barcos, aeronaves, conteúdos e documentos.

Em Portugal este controlo é efetuado essencialmente pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) em aeroportos, portos e nos postos terrestres instalados nos Centros de Cooperação Policial e Aduaneira (CCPA), que integram autoridades portuguesas e espanholas, em Quintanilha, Tuy, Vilar Formoso, Caia e Castro Marim. Só o SEF fez mais de 25 milhões de consultas ao SIS, do total de 35 milhões registadas no nosso país.

Até final de 2016, estavam ativos neste sistema um total de mais de 70 milhões de alertas (70 827 959) criados por 29 países associados. Destes, cerca de 830 mil são referentes a pessoas procuradas ou sobre as quais o estado que fez o alerta pede uma vigilância especial. Este foi o caso recente dos marroquinos detidos, um pela PJ, outro pela polícia francesa, por suspeita de terrorismo. Portugal tinha inserido um alerta sobre ambos no SIS e essas informações foram determinantes na investigação. Por um lado, serviu para apoiar a investigação francesa, por outro serviu a Portugal para receber dados que outros países foram registando sobre os suspeitos.

Segundo o balanço feito no Relatório Anual de Segurança Interna, foram executados, por todos os países do espaço Schengen, 517 mil alertas sobre armas de fogo, 3,5 milhões sobre veículos, 57 milhões sobre documentos (pessoais e de viaturas) e mais de oito mil de barcos e 39 de aeronaves. Os países com mais alertas registados são a Itália (19,5 milhões), a Alemanha (10,1 milhões) e a França (9,3 milhões).

ENTREVISTA

Terroristas com alerta obrigatório



CARLOS COELHO
EURODEPUTADO
DO PSD

Qual o objetivo da reforma do Sistema de Informação Schengen (SIS), de cujo processo será o relator?

É permitir que o SIS contribua para mais segurança nas nossas fronteiras externas e responde aos novos desafios de segurança interna. Por exemplo, vamos introduzir novas funcionalidades para o combate ao terrorismo, como a introdução de impressões digitais no sistema.

O que não é registado neste sistema mas seria importante que fosse?

Vamos poder introduzir outros dados biométricos além das impressões digitais, como o ADN. Isto vai permitir localizar pessoas suspeitas de um crime quando só temos impressões digitais mas não sabemos quem são. Até aqui não podíamos colocar crianças em perigo de serem raptadas, agora vamos poder fazê-lo e prevenir com mais eficácia o tráfico de crianças. Por outro lado, os Estados membros não inseriam no sistema, até há pouco tempo, os *foreign fighters* (combatentes estrangeiros) que tanto têm andado na boca do mundo. Por isso, agora vamos obrigar a inserir pessoas envolvidas em terrorismo, tornando estes alertas obrigatórios.

Como avalia a eficácia do SIS?

Esta última versão está em funcionamento há quatro anos, foi avaliado no ano passado e agora apresentam-se propostas de melhoria. Mas parece-me evidente que o Sistema é bastante eficaz: 70 milhões de alertas, mais de 200 mil pessoas encontradas e quase meio milhão impedidas de entrar no espaço Schengen. Os números são expressivos. O SIS é o maior, mais usado e melhor implementado sistema de informação da União, contribuindo para mais segurança.

O SIS é adequado para responder à pressão migratória?

Sempre que são detetadas falhas são corrigidas. Sim, temos os meios adequados para melhorar, com o SIS, o que está no terreno.



QUARTA-FEIRA 12.4.2017 | WWW.DN.PT | Ano 153.º | N.º 54 048 | 1,20€ | Diretor Paulo Baldaia Diretor adjunto Paulo Tavares Subdiretores Joana Petiz e Leonídio Paulo Ferreira Diretor de arte Pedro Fernandes

Diário de Notícias



ATAQUE EM DORTMUND
EXPLOÇÃO CHOCA BORUSSIA.
UEFA ADIA JOGO PARA HOJE PÁG. 33

OPINIÃO

*Maria de Lurdes Rodrigues,
Adriano Moreira,
Viriato Soromenho-
Marques e Ferreira
Fernandes*

PÁGS. 2 E 38 A 40

LONDRES

**Tribunal contra
país: hospital
pode desligar
máquinas a bebé**

Duas máquinas mantêm vivo Charlie, de 8 meses, que tem uma doença rara. País queriam levá-lo aos EUA para tratamento experimental. Juiz decidiu que deve morrer com dignidade. PÁG. 11

CUSTOS

**Defesa opta por
reparar em vez
de trocar F-16**

PÁGS. 4 E 5

PLANO NACIONAL DE REFORMAS
**Governo vai
limitar ainda mais
contratos a prazo**

PÁGS. 16 E 17



Professor de História da Universidade Americana em Washington

PETER KUZNICK
"O RISCO DE UM
CONFLITO ENTRE
EUA E RÚSSIA É REAL
E ASSUSTADOR"

Secretário de Estado norte-americano em Moscovo: "Reinado de Assad está a acabar"

PÁGS. 24 E 25

Segurança 537 pessoas foram proibidas de entrar em Portugal

Imigrantes ilegais, indivíduos com antecedentes criminais ou expulsos de Estados Schengen foram barrados em 2016 ou detidos e extraditados por terem mandados de captura europeus. Quase mil estrangeiros alvo de "vigilância especial" foram ainda referenciados na fronteira. PÁG. 6

